

Greves chegam ao fim com proposta de pagamento dos Planos de Carreira



Com mais de 40 dias greve, os trabalhadores do DETRAN, da EMATER e da FJA voltaram às atividades. A decisão foi tomada após um acordo firmado entre o Sinaí e o Governo do Estado para o pagamento dos Planos de Carreira das Administrações Indireta e Direta. As greves das categorias da base do SINAÍ começaram no dia 23 de maio e foram suspensas no último dia 13 de julho. Greves que poderiam ter sido evitadas, caso o Governo tivesse tido real interesse em negociar. Isso porque a maioria das categorias que utilizaram esse instrumento só o fizeram por causa do descumprimento das Leis dos Planos.

O presidente do Sinaí, Santino Arruda, reafirma que a ninguém é dado o direito do descumprimento da lei e que para o Governo a regra é a mesma. “Se a lei é de iniciativa do poder executivo, então descumpri-la deveria ser caracterizado como grave atentado ao regime democrático de direito, e o governante ser impedido de exercer o mandato”, avalia.

Continua na pág. 3

Veja nesta edição:

EMATER

Servidores terão jornada de seis horas

Pág.2

CAMPANHA SALARIAL

2011: mais uma campanha salarial marcada pela resistência dos trabalhadores

Pág.4

EDUCAÇÃO

SINAÍ declara apoio aos Trabalhadores em Educação

Pág. 5

DESPESAS COM AS GREVES DA BASE DO SINAI NO PERÍODO DE 23/05 a 12/07

DETRAN	R\$ 17.921,38
EMATER	R\$ 15.798,52
F.J.A	R\$ 10.421,84
JUCERN	R\$ 3.813,85
Sub Total	R\$ 47.955,59

ATIVIDADES CONJUNTAS DAS CATEGORIAS EM GREVE

Dia 25/05, 15/06, 28/06 e 06/07 **R\$ 24.221,61**

TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS COM OS MOVIMENTOS PAREDISTAS

Greves	R\$ 47.955,59
Atividades conjuntas das categorias em greve	R\$ 24.221,61
Total Geral	R\$ 72.177,20

Jornada

Servidores da Emater terão jornada de seis horas

A Emater não pode tratar de forma desigual os novatos e os antigos

Após cinco anos, o Tribunal de Justiça do RN garantiu aos servidores da Emater um direito que há muito tempo era reivindicado pela categoria: a jornada de seis horas diárias. A decisão vale para os concursados em 2006, e agora existe isonomia entre os novos e os antigos servidores.

Para o presidente do Sinai, Santino Arruda, apesar de demorada, a luta trouxe um resultado justo para os trabalhadores. “Foi uma luta histórica de cinco anos. Ao final, foi corrigida uma injustiça praticada pela intolerância da gestão passada e mantida pela atual.”, avaliou.

Os desembargadores relataram que a direção da Emater não pode tratar de forma desigual os novatos e os antigos, pois esse fato fere a Constituição Federal e o regime jurídico único dos servidores do Estado.

Compareceram à sessão o advogado do Sindicato, Manoel Batista Dantas Neto, a direção do Sinai e vários servidores beneficiários desta ação. “Esperamos agora que o Governo do Estado adote a decisão judicial

definitivamente, não tripudiando no seu efetivo cumprimento.”, disse Santino Arruda.

PGE

Durante as discussões entre os desembargadores, o Procurador Geral do Estado, Miguel Josino Neto, chamou a atenção dos magistrados para novas informações, o que causou estranheza a todos os presentes. “Senhores Desembargadores, o motivo pelo qual os servidores da Emater antigos trabalham seis horas é proveniente de uma decisão judicial”. Afirmção que legitimaria a manutenção da diferença de carga horária entre os antigos e os novos servidores.

Em seguida, o advogado do SINAI afirmou: “o Procurador Geral do Estado está equivocado. O que determina o horário corrido é um Decreto Estadual”. Segundo Santino Arruda, a direção do Sindicato entendeu que a PGE teve a intenção de induzir os desembargadores ao erro. “Esperamos que com essa decisão do Poder Judiciário o Governo do Estado seja sensível e corrija essa injustiça que vinha do Governo passado”, disse.



Filiado à INTERSINDICAL

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN
Rua Leonardo Drumond, 1661, Lagoa Nova - Cep: 59075-210
Natal/RN - Fone: (84) 3206-1851 E-mail: sinairn@hotmail.com
Site: www.sinairn.com.br

Administração Indireta: CEASA, DATANORTE, DER, DETRAN, EMATER, EMPARN, FUNDAC, FJA, IDEMA, IPERN, JUCERN, IDIARN, EMPROTUR E CEHAB.
Administração Direta (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA, GAC, SEMARH, SEDEC, SETUR)

Coordenação Regional do Médio Oeste
Rua Luiz Ludugero, 0026 - Abolição II - Telefax: (0**84) 3321.1271
CEP: 59.612-150 - Mossoró/RN. E-mail: sinaimossooro@gmail.com

Coordenação Regional do Seridó - Caicó/RN
Rua Augusto Monteiro, 1256 A - Centro - CEP: 59380-000 - Caicó/RN - Fone: (0**84) 3421-2999 E-mail: sinaiserido@hotmail.com

Coordenação Regional do Alto Oeste
Rua da Independência, sala 19, Hertz Center Hotel - Fone: (0**84) 9609-9568
CEP: 59.900-000 E-mail: sinaialtooeste@hotmail.com

Presidente:
Santino Arruda Silva

Vice-presidente:
Edilson Peres dos Santos

Secretária Geral:
Geiniza Maria F. Sarmento
Primeiro Secretário:
João Batista dos Santos

Tesoureiro Geral:
Francisco Antônio Duarte

Primeiro Tesoureiro:
Jaime Fernandes da Cruz Júnior

Dep. de Formação Sindical:
Maria Sineide da Silva Lima
Maria das Graças Pereira da Silva

Dep. de Imprensa e Comunicação:
Romildo Pompeu de Queiros

Euzamar Mesquita de Figueiredo

Dep. de Adm. Patrimônio e Informática:
Eliel Elias Bezerra
Itamires T. de Oliveira

Dep. de Cultura, Esporte e Lazer:
José Edmilson de Lima
Hercílio Barros Barbosa

Dep. de Assuntos Jurídicos:
José Nilson Bezerra
Áurea Gomes de Miranda

Dep. de Políticas Sociais:
Djalma Siqueira da Silva
Maria A. Ferreira Paz

Dep. da Mulher Trabalhadora:
Zilta Nunes de Oliveira
Maria Assis da Silva



Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Fone/fax: (84) 3212-2388
E-mail: elequatro@uol.com.br

Jornalista responsável:
Leilton Lima - DRT/RN 579
Gisélia Galvão - DRT/RN 672

Diagramação:
Marknilson Barbosa

Revisão:
Silvaneide Dantas

Descumprimento

Descumprimento de leis pelo poder executivo no RN é comum

Para dirigente sindical, parlamento se mantém inerte diante disso

Para o presidente do Sinai, o descumprimento de leis no Estado potiguar se tornou corriqueiro. “O Governo do Estado descumpra a lei nas barbas do poder legislativo. Este é chamado a intermediar o conflito, já que os servidores buscam tão somente o cumprimento de uma lei que lhe é favorável.”, afirma o dirigente.

Na visão de Santino Arruda, os parlamentares se mantêm, na maioria das vezes, inertes. “Quando buscam o Governo e recebem um ‘não’ do

poder executivo, dizem amém. Ou simplesmente não dizem nada, pois na última intervenção que fizeram nas negociações entre categorias e Estado eles não chegaram sequer a dar uma resposta ao Sindicato”, lamentou.

Segundo Santino, durante a intervenção da Assembleia, as informações que chegavam ao SINAI sobre tal negociação se limitavam àquelas vindas da imprensa. “Aquelas informações nós já conhecíamos, sempre diziam

que o Governo não podia cumprir as leis.”

PROPOSTAS

As propostas do Governo chegaram na mesma semana de intervenção dos parlamentares. E não foram intermediadas pelos deputados. Elas foram apresentadas aos Policiais Civis, ao SINAI e aos Técnicos em Tributação somente pelo Governo, numa clara demonstração de desprezo ao poder legislativo.

A luta acabou por garantir os direitos, o que será feito de setembro a dezembro com o pagamento das parcelas

remanescentes dos Planos, inclusive o da Administração Direta. “Essa foi uma conquista de relevância, a qual resgatará a dignidade do servidor público, que terá outra fisionomia, cumprindo melhor sua missão e servindo bem a população”, afirmou Santino Arruda.

PENDÊNCIAS

Continuam pendentes os Planos do IDIARN - que está em tramitação dentro do governo - da JUCERN e do DER, que necessitam ser elaborados, e a reestruturação do Plano da FUNDAC, que tramita na Fundação. Todos eles serão acompanhados pelas respectivas categorias e pelo Sindicato.



Campanha Salarial

2011: mais uma campanha salarial marcada pela resistência dos trabalhadores

Os trabalhadores vinculados ao setor público passaram a gozar do direito de greve a partir da constituição de 1988. Até então, a greve era proibida a esse segmento.

Em 2010, os servidores públicos, em vários setores, conquistaram Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração. Só na base do SINAI, foram dez planos, além do geral, que abrange tanto o funcionalismo dos setores base do SINAI quanto os da base do SINTE. Conquistaram, mas não levaram integralmente, pois o governo de então, em sua fase final, descontrolou-se a ponto de não pagar, na totalidade, as conquistas dos trabalhadores do estado.

Iniciado o Governo de Rosalba, em janeiro deste ano, o SINAI e as outras Entidades iniciaram a luta para fazer valer o direito conquistado a duras penas. Constatou-se a pauta de reivindicação deste ano o pagamento do valor remanescente dos vários

“Já em março, o Governo anunciava que não iria pagar os 30%, equivalentes à segunda parcela dos Planos.”

Planos - EMATER, FJA, ADM. DIRETA, IDEMA, DETRAN, JUCERN, DER, IDIARN, EMPARN e CEASA.

PAGAMENTO

Já em março, o Governo anunciava que não iria pagar a parcela de 30% devida para o mês. Pagaria em maio, quando haveria negociação. Não houve. Apenas no início de junho ocorreu a primeira audiência com a equipe do Governo, após grande caminhada da base do SINAI, no dia 25 de maio. Na conversa, o governo usou a Lei de Responsabilidade Fiscal como argumento para não pagar os valores devidos. As categorias foram à luta.

E, finalmente, em 8 de julho, após quase 50 dias de greves em nossa base e em outras três, acertou-se o pagamento de setembro a dezembro. Isso para nossa base, para os policiais civis e o pessoal da tributação. Para os educadores, o governo implantará, no mesmo período, 34% nos salários dos ativos, aposentados e pensionistas, que dizem respeito ao piso salarial da categoria.

No caso dos Trabalhadores em Educação, em ação judicial o governo conseguiu a abusividade da greve. A decisão do Tribunal de Justiça foi absolutamente questionável, pois atendeu ao pleito de governo que deixa de

apresentar proposta adequada e cujo desejo foi, puro e simplesmente, obrigar os trabalhadores em educação a voltar ao trabalho sem qualquer proposta de melhoria para a educação.

Quem passou a defender a volta às aulas foi o Procurador do Estado, em vez da Secretaria de Educação, a quem cabia garantir o funcionamento da educação pública. Para refletir: os Procuradores têm piso salarial 20 vezes maior que o piso dos professores.

POSICIONAMENTO

O SINAI se posiciona ao lado dos que lutam e dos que lutam pela educação de qualidade, não de mentirinha. Esses profissionais que foram atacados violentamente em seu direito de ter vida digna pelo Governo do Estado e agora pelo Poder Judiciário.

O SINAI também repudia o papel dos promotores que se lançam contra aqueles que lecionam diuturnamente, percebendo um mísero salário médio de R\$ 1.000,00.



Apoio

SINAI declara apoio aos Trabalhadores em Educação

Em uma greve de quase 80 dias, os Trabalhadores em Educação do Estado resistiram ao desrespeito do Governo com a categoria e mantiveram a luta até onde a Justiça lhes permitiu. A greve dos Trabalhadores em Educação do Estado atingiu momentos de tensão. O Governo Rosalba desprezou o bom relacionamento com a categoria desde os primeiros momentos e, inábil, atacou violentamente a categoria com ações judiciais e administrativas. Além disso, deu indicativos de punição para os que, humildemente, labutam na educação pública e buscam viver com dignidade.

Para o presidente do Sinaí, Santino Arruda, o Governo Rosalba se perdeu no curso da história política do Estado ao escalar o seu Procurador Geral para orientar a educação sobre o que os trabalhadores devem fazer, como deve ser o cumprimento da carga horária anual, etc. Com isso, passou por cima não só da Secretária de Educação, como também das direções das escolas e dos professores. “Ignoram-se os verdadeiros mestres para exaltar a decisão do procurador, que, embora tenha notável saber jurídico, não conhece a dinâmica da Escola.”, diz.

RETALIAÇÃO

Perdeu-se o Governo Rosalba, também, no que diz respeito à melhoria da Escola Pública, ao decretar punição aos que fazem a luta por melhores condições de funcionamento de tal instituição. Deveria buscar o caminho do diálogo e da reconstrução da Educação, mas preferiu o embate, o desrespeito às leis, a intransigência com os trabalhadores. “O Governo Rosalba não logrará êxito agindo assim.”, avalia o sindicalista.

APOIO

Durante todos esses dias de greve, o SINAI declarou apoio incondicional à Educação Pública do Rio grande do Norte, a seus educadores e funcionários e mostrou-se disposto a ajudar no que fosse possível, a construir um

relacionamento de civilidade para todos os trabalhadores em educação e o Governo. “Apoiamos a categoria em sua luta por dignidade, repugnamos com veemência as atitudes de grosseria e autoritarismo do Governo

Rosalba e apoiamos o entendimento sem a utilização da Justiça, que não sente nem de longe o drama dos que labutam na educação estadual. Estivemos ao lado desses trabalhadores e estaremos sempre que for preciso”, finaliza.



Educação

Educação de qualidade para quê?

Maysa Rodrigues Arruda
Professora da rede estadual de ensino

A greve na educação estadual do RN durou quase 80 dias sem acordo entre trabalhadores e Governo. Como forma de pôr fim ao movimento, o Governo do RN recorreu à Justiça, que a considerou abusiva. Em nota publicada no site oficial, a governadora declarou que “decisão judicial não se discute, se cumpre”. Bom seria que esse mesmo governo se posicionasse de forma semelhante em relação ao decidido pelo STF em julgamento da ADIN movida por cinco governadores contra a Lei do Piso, a 11.738/2006, cujo artigo 20 determina o valor de R\$ 950,00 para vencimento do professor com formação em

“Não há conflito de direitos, como alguns querem fazer crer, entre alunos e professores.”

ensino médio.

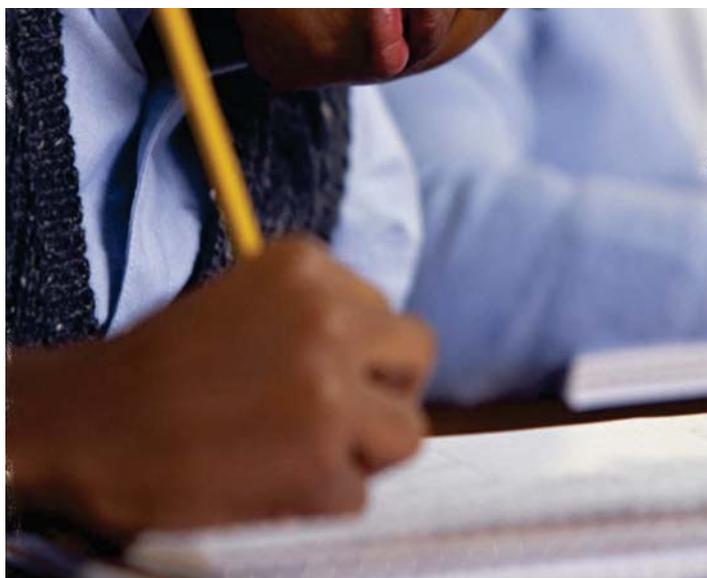
Aqui no Estado, um valor um pouco inferior a esse ainda é pago como salário-base a professores com nível superior. O plano de carreira da categoria, aprovado em 2006, ainda hoje não foi implantado, do que decorre haver professores que percebem em torno de R\$ 20,00 por título de especialista (pós-graduação *lato sensu*). Em suma, é a categoria com pior remuneração do Estado do RN,

considerando-se seu nível de formação. Destarte, esses profissionais buscam, no mínimo, uma jornada dupla de trabalho, restando prejudicados o planejamento das aulas e, por conseguinte, a qualidade do ensino. Professor em sala não implica, pois, qualidade em educação.

Por outro lado, alega-se que o direito do aluno de ter duzentos dias letivos deve ser respeitado, com que, certamente, todos os professores concordam. Não há conflito de direitos, como alguns querem fazer crer, entre alunos e professores. Estes reivindicam melhores salários e condições de trabalho; aqueles, aulas de qualidade de todas as disciplinas. A governadora Rosalba chegou a ameaçar a categoria com corte de ponto e contratação de novos professores. Antes da greve, já faltavam professores de várias disciplinas em sala e não se acenou com essa possibilidade.

DISTORÇÃO

Em suma, não obstante o descaso com a educação não ser exclusividade do Governo Rosalba, pode-se dizer que ela nada fez para corrigir uma distorção que vem de décadas por parte de todos os entes da federação. A decisão judicial foi recebida pela categoria sem surpresas, porque ela sabe que o Judiciário é elitista. Enquanto se cumpre um TETO para o Judiciário, aplicado, dentre outros, aos Procuradores do Estado e aos membros do Ministério Público (aquela instituição que fiscaliza se o professor se alimenta ou não com a merenda do aluno), para professores, discute-se um piso que é reiteradas vezes ignorado. O que os membros de todos os Poderes em todas as esferas querem não é a qualidade da educação, mas que os alunos estejam na escola, independentemente de ter todas as aulas ou não ou de como estas se darão, em que condições. O que se quer é um lugar onde os filhos da diarista, da doméstica, do motorista, do vigia, dos operários e dos demais trabalhadores possam ficar enquanto seus pais servem às classes mais altas e perpetuam o *status quo*. Basta ter aula. De qualidade, para quê?



**ACESSE NOSSO SITE:
www.sinairn.com.br**